

CULTURA E SOCIEDADE 2

LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE
(ORGANIZADORA)



Atena
Editora
Ano 2020

CULTURA E SOCIEDADE 2

LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE
(ORGANIZADORA)



Atena
Editora
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

C968 Cultura e sociedade 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF
 Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
 Modo de acesso: World Wide Web
 Inclui bibliografia
 ISBN 978-65-86002-45-4
 DOI 10.22533/at.ed.454201203

1. Cultura. 2. Política cultural. 3. Sociedade. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco.

CDD 353.70981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book “Cultura e Sociedade 2” apresenta onze artigos com pesquisas e estudos que debatem a relação entre educação e cultura a partir de diferentes perspectivas.

A cultura envolve uma série de valores construídos socialmente que em conjunto estabelecem um código de normas para as relações estabelecidas. Neste sentido, os artigos apresentados contribuem para o debate acerca da influência e relação existente entre a questão cultural e a diversidade, manifestações populares e resistência, conhecimento tradicional e comunidades, levando-se em consideração para estes debates a questão territorial, representações e sustentabilidade.

No que concerne aos artigos que dão ênfase aos aspectos educacionais, as discussões realizadas estão voltadas para a integração entre estas e a cultura, considerando-se a diversidade no contexto escolar e o papel do conhecimento tradicional para o cotidiano dos espaços educacionais.

São pesquisas que contribuem para uma visão mais ampliada e contextualizada das diversidades presentes nos territórios e que acabam por impactar na definição de políticas públicas e nos fatores relacionais, sendo as pautas apresentadas imprescindíveis e ainda com um vasto campo de possibilidades de análises e estudos a serem realizados.

Desejo boa leitura a todos e a todas!!

Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
“ANTES DE DANÇAR O COCO ERA COMO ESTAR NO MUNDO, MAS NÃO EXISTIR”: EXPERIÊNCIAS DANÇANTES EM CONTEXTOS DE MUDANÇAS NO CARIRI CEARENSE	
Camila Mota Farias	
DOI 10.22533/at.ed.4542012031	
CAPÍTULO 2	10
ARGUMENTOS EM DEFESA DA INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO E CULTURA NA ÉPOCA DE SUA SEPARAÇÃO INSTRUMENTAL	
Marco Antônio de Castilhos Acco Alexandre Santos Arantes de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.4542012032	
CAPÍTULO 3	27
A CONCENTRAÇÃO ESPACIAL DO PROGRAMA CULTURA VIVA NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO	
Bruno Costa Guimarães	
DOI 10.22533/at.ed.4542012033	
CAPÍTULO 4	39
AS REPRESENTAÇÕES FEMININAS NA OBRA DESONRA DE J.M. COETZEE	
Alyne de Sousa Jardim	
DOI 10.22533/at.ed.4542012034	
CAPÍTULO 5	49
APRENDIZAGEM E MUDANÇA PARA A SUSTENTABILIDADE: ESTUDO EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR BRASILEIRA	
Gabriela Almeida Marcon Nora Fernanda Almeida Marcon Rudimar Antunes da Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.4542012035	
CAPÍTULO 6	63
CULTURA E DIVERSIDADE CULTURAL NO CONTEXTO ESCOLAR	
Adriano Alves Silva Diego Martins Sampaio dos Santos Elielson Dias Sacramento Henrique Xavier dos Santos Lorena Oliveira dos Santos Marcildo dos Santos Sacramento Moema Catarina Moreira Nascimento Bastos Palillo Kaic Pires Sena Andrade Paloma Pereira dos Santos Robson de Jesus Andrade Sonia Mendes Ferreira Valdiane Silva Cruz	
DOI 10.22533/at.ed.4542012036	

CAPÍTULO 7	71
MARÍA A LA LUZ DE LA FE DEL PUEBLO LATINOAMERICANO	
Clara María Temporelli, odn	
DOI 10.22533/at.ed.4542012037	
CAPÍTULO 8	84
O BEM VIVER COMO UMA ALTERNATIVA DE RECONFIGURAÇÃO DE CIDADES BRASILEIRAS	
Fernanda Rodrigues Lagares	
Cassy Lima Santos	
Katiucia da Silva Nardes	
DOI 10.22533/at.ed.4542012038	
CAPÍTULO 9	91
MARAMBIRÉ COMO PATRIMÔNIO CULTURAL E INSTRUMENTO DE RESISTÊNCIA PARA O QUILOMBO DO PACOVAL/PARÁ	
Andréa Simone Rente Leão	
Girlian Silva de Sousa	
Edilmar Santana Quaresma	
Joice Eliane Vasconcelos de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.4542012039	
CAPÍTULO 10	108
O ESTANDARTE: ESPETACULARIDADE E POESIA NAS MANIFESTAÇÕES POPULARES DO HOMEM AMAZÔNICO	
Amarildo Rodrigues da Cruz	
DOI 10.22533/at.ed.45420120310	
CAPÍTULO 11	120
O PAPEL DOS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS NO COTIDIANO DA ESCOLA E NA COMUNIDADE DO RIO MAÚBA	
Edésio da Silva Pinheiro	
Laércio Farias da Costa	
José Francisco da Silva Costa	
Oselita Figueiredo Corrêa	
Josiane da Silva Moraes	
João Batista Sagica de Farias	
Nazareno do Socorro da Silva Oliveira	
Rosilda do Socorro Ferreira Vaz	
DOI 10.22533/at.ed.45420120311	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	138
ÍNDICE REMISSIVO	139

MARAMBIRÉ COMO PATRIMÔNIO CULTURAL E INSTRUMENTO DE RESISTÊNCIA PARA O QUILOMBO DO PACOVAL/PARÁ

Data de aceite: 10/03/2020

Data de Submissão: 17/12/2019

Andréa Simone Rente Leão

Universidade Federal do Oeste do Pará; Instituto de Ciências da Sociedade
Santarém – PA
<http://lattes.cnpq.br/0144308057484099>

Girlian Silva de Sousa

Universidade Federal do Pará; Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA
Belém – PA
<http://lattes.cnpq.br/5272036651236215>

Edilmar Santana Quaresma

Universidade Federal do Oeste do Pará; Instituto de Ciências da Sociedade
Santarém – PA
<http://lattes.cnpq.br/0112785877016999>

Joice Eliane Vasconcelos de Oliveira

Universidade Federal do Oeste do Pará; Instituto de Ciências da Sociedade
Santarém – PA
<http://lattes.cnpq.br/0205095850672951>

RESUMO: O presente ensaio introdutório tem o propósito de apresentar a dança do Marambiré como patrimônio cultural e de resistência do Quilombo do Pacoval e, portanto, um exemplo de organização cultural e social amazônica. A representação da dança do Marambiré é

tida pelos quilombolas do Pacoval como a perpetuação da história de seus ancestrais, ao mesmo tempo, forma de manter viva sua cultura e origem. A origem das informações sobre o Quilombo do Pacoval, vem de autores locais, nacionais e entrevistas realizadas com os membros da dança do Marambiré – coordenação e componentes. Desta forma, conclui-se reafirmando que a ancestralidade negra, religiosidade, (re)existência cultural afro às intolerâncias sofridas e horizontalidade comunitária são características facilmente identificáveis nos comunitários do Quilombo do Pacoval, local onde a musicalidade se funde com a religião, expressando através da dança do Marambiré toda sua história de resistência cultural, social e política.

PALAVRAS-CHAVE: Marambiré; Quilombo; Resistência; Protagonismo Feminino

MARAMBIRÉ AS CULTURAL PATRIMONY AND INSTRUMENT OF RESISTANCE OF QUILOMBO DO PACOVAL/PARÁ

ABSTRACT: The actual introductory essay have the purpose of introduce the dance of Marambiré as cultural and resistance patrimony of Pacoval's Quilombo, so the place is an example of cultural and social organization of Amazon. The representation of Marambiré's dance is taken by the quilombolas as a

perpetuation of their ancestors history, and a way to keep alive their culture. The origin of the informations about the Quilombo of Pacoval came from local authors and interviews made with de Marambiré's dance group. In this way it can be concluded that reaffirming the blackancestry, religious and existence the suffered intolerance and the community horizontality are features easily indentifiable on the residents of Pacoval's Quilombo, a place where the music mixes with the religion, expressing with Marambiré's dance all of your history of cultural, social and political resistance.

KEYWORDS: Marambiré; Quilombo; Resistance; Women's Protagonism

1 | INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto parcial de levantamentos realizados no âmbito do Projeto Formação Socioeconômica da Amazônia: estudos sobre desenvolvimento, sociedade e meio ambiente nos municípios de Alenquer e Belterra, Pará – Projeto Formaz. O Projeto Formaz, encontra-se em andamento na Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA. Seu objetivo é integrar ensino e pesquisa, de forma interdisciplinar, para a realização de análises de processos históricos relacionados a formação socioeconômica e política dos municípios amazônicos Alenquer, Belterra e, mais recentemente, Mojuí dos Campos, buscando conhecer e entender as dinâmicas locais, regionais e a interação com o nacional e global. Dentro do contexto da pesquisa no município de Alenquer, o Quilombo do Pacoval emergiu como um exemplo típico de comunidade organizada, com uma história, sociedade e cultura diferenciada e representativa da realidade amazônica.

É importante ressaltar que a discussão apresentada leva em consideração a história, os saberes, a cultura e a arte de um povo. Uma arte representada pela dança do Marambiré, considerada um símbolo de resistência cultural e de um povo onde as protagonistas principais são as mulheres do Quilombo do Pacoval. Elas são as responsáveis por lutar e resistir contra o tempo, as gerações e, porque não dizer a “desaprendizagem” de uma cultura.

Uma cultura vista como um instrumento de resistência e perpetuação da história do povo negro. Ameaçada pelo tempo, modernidade e descaso político local em incentivar sua continuidade. Por isso, os estudos em Alenquer e, especificamente no Pacoval, visam de forma interdisciplinar, conhecer, divulgar, aprender e apreender sobre o Quilombo do Pacoval, sua trajetória, dinâmica e cultura onde, a dança do Marambiré é a mais importante representação de saberes, arte e gênero.

Neste sentido, o presente trabalho é um ensaio introdutório, com o propósito de apresentar a dança do Marambiré como patrimônio cultural e de resistência do Quilombo do Pacoval, exemplo de organização cultural e social amazônica. Para a comunidade do Pacoval, a dança do Marambiré simboliza a perpetuação

e manutenção da sua cultura e ancestralidade. A origem das informações sobre o Quilombo do Pacoval, vem de autores locais, nacionais e entrevistas realizadas com os membros da dança do Marambiré – coordenação e componentes.

Este trabalho divide-se em quatro seções: a primeira é a Introdução, na segunda, dividida em duas subseções, estão as discussões sobre direito, identidade cultural, resistência como forma de apresentar o contexto onde se insere o debate e a apresentação da origem do Quilombo do Pacoval. A terceira seção traz o Marambiré, reconhecido como sinônimo de (re)existência cultural protagonizada pelas mulheres do Quilombo, onde se apresenta a dança do Marambiré e, alguns exemplos do protagonismo feminino em prol da referida dança e do Pacoval. Finaliza-se, na quarta seção, com as Conclusões.

Desta feita, tal artigo representa a primeira incursão dos autores no universo do Quilombo do Pacoval, e, um primeiro exercício de apreensão e discussão do tema. Isto justifica-se, devido ao impacto causado aos pesquisadores e a riqueza de informações, com subsídios suficientes para apresentar tal proposta como forma de divulgar uma experiência de pesquisa sociocultural num contexto amazônico.

2 | DO MOCAMBO AO QUILOMBO DO PACOVAL: AS TRAJETÓRIAS DE RESISTÊNCIA DE UM MOVIMENTO ATRAVÉS DE SUA CULTURA

2.1 Sobre a Categoria Quilombo e suas inferências

Ante a intensa complexificação do processo de globalização e consequente avanço do ideário neoliberal – fenômenos produtores de estratégias cada vez mais elaboradas de colonialismo, dominação, exclusões sociais e de *expulsões* (WOLKER, 2007; SASSEN, 2016), induz-se à reflexão acerca das estratégias de resistência das sociedades locais. Neste sentido, Sassen (2016, p. 09), esclarece que “algumas formas de conhecimento e inteligência que respeitamos e admiramos muitas vezes estão na origem de longas cadeias de transação que podem terminar em simples expulsões”. Desta forma,

Impõe-se repensar a capacidade de resistência e de articulação da sociedade civil, o retorno dos sujeitos históricos e a produção da juridicidade a partir do viés criativo da pluralidade de fontes normativas. Certamente que a constituição de uma cultura jurídica pluralista e democrática, fundada nos valores do poder social compartilhado está necessariamente vinculada aos critérios de uma nova legitimidade. A força dessa eficácia passa, antes de tudo, pela capacidade de luta e de criação dos atores políticos envolvidos e pela satisfação de suas necessidades e reivindicações (WOLKER, 2007, p. 95).

Por conseguinte, os movimentos sociais por reconhecimento de identidades coletivas, utilizam estratégias de luta pelo direito formal à perpetuação das suas

práxis sociais – que se materializam nas expressões artístico-culturais, nas práticas e saberes tradicionais, nos critérios de gêneros e na relação cosmológica com a natureza, que dita o modo de apropriação dos recursos naturais (ALMEIDA, 2008; DUPRAT, 2007; SOUZA; PEZZUTI, 2017). Em outras palavras, busca-se a aceitação por parte do campo jurídico formal acerca do caráter pluricultural e multiétnico das sociedades para a construção do campo jurídico do “direito étnico”, permitindo que o direito seja pensado a partir da situação vivenciada pelos povos e comunidades tradicionais, superando-se, assim, os esquemas jurídicos pré-concebidos (DUPRAT, 2007). Como reflexo da luta dos movimentos de identidades coletivas, a categoria “tradicional” atualmente apresenta-se como operativo e reivindicativo de direitos, dinâmica de mobilização frente aos conflitos sociais nas áreas ocupadas por esses povos.

O critério político-organizativo sobressai combinado com uma “política de identidades”, da qual lançam mão os agentes sociais objetivados em movimento para fazer frente aos seus antagonistas e aos aparatos de estado. Aliás, foi exatamente este fator identitário e todos os outros fatores a ele subjacentes, que levam as pessoas a se agruparem sob uma mesma expressão coletiva, a declararem seu pertencimento a um povo ou a um grupo, a afirmarem uma territorialidade específica e a encaminharem organizadamente demandas face ao Estado, exigindo o reconhecimento de suas formas intrínsecas de acesso à terra [...] (ALMEIDA, 2008, p.30).

Desta forma, o amparo jurídico-formal é *conditio sine qua non* para a perpetuação do patrimônio cultural desses povos, sintetizando a importância da mobilização política. As teorias do Pluralismo Jurídico demonstram que o direito produzido pelo Estado não é o único, que está presente na sociedade civil, nas lutas sociais. É necessário reconhecer a existência de múltiplas identidades étnico-culturais, dotadas de valores plurais, específicos e coletivos, como uma estratégia emancipatória (WOLKER, 2007).

Esta perspectiva alude à significância do conceito de “territorialidade específica” e à luta da comunidade do Quilombo do Pacoval pela preservação e perpetuação da sua expressão cultural como condição de (re)existência frente aos conflitos gerados tanto pela discriminação associada às categorias mocambo/quilombo, quanto pela pressão gerada pelos interesses do capital sobre os recursos naturais presentes naquele território. Neste sentido, a expressão “(re)existência” alude à natureza política e reivindicatória do direito de perpetuação enquanto povo, cujo patrimônio imaterial, os particulariza. Ressalta-se que o sentimento de pertença que os congrega em uma comunidade não se resume apenas às expressões culturais – nas quais, o Marambiré se destaca.

O sentimento de pertença e autodenominação enquanto “quilombolas” não pode ser dissociado das suas relações de reprodução socioeconômicas dentro daquele

lugar específico. E nesta perspectiva, o conceito de território não qualifica apenas o espaço delimitado geograficamente, mas às relações simbólicas e cosmológicas que estruturam a sua *práxis* social (ALMEIDA, 2008; SOUZA; PEZZUTI, 2017). Isto posto, este ensaio encontra-se dentro dessa lógica que qualifica o Marambiré como uma expressão cultural de um povo e um instrumento de resistência às diversas estratégias de colonialidade.

A autodenominação “quilombolas” não pode ser dissociado das relações de reprodução socioeconômicas dentro daquele lugar específico. Portanto, o termo “território” compreende para além do espaço delimitado geograficamente, às relações simbólicas e cosmológicas que estruturam a sua *práxis* social (ALMEIDA, 2008; SOUZA; PEZZUTI, 2017). A categoria “quilombo/quilombola” é indicativa de luta por direitos, posto que segundo a Constituição Federal de 1988, Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, artigo nº 68, “Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988).

Desta forma, a categoria “quilombo”, refere-se às comunidades remanescentes de fugitivos da escravidão negra no Brasil. Sua territorialidade é um complexo de processos identitários de luta por reconhecimento do direito à cidadania (GOMES, 2015). Os termos *mocambo* e *quilombo*, são frequentemente utilizados como sinônimos para referenciar essas comunidades.

Historicamente, estes termos possuíram outros significados. Segundo Gomes (2015), tais termos são originários da África Central, e no Brasil, referiam-se aos acampamentos improvisados pelos negros tanto para fins de guerrilhas como para o aprisionamento de escravizados. No século XVII, o termo quilombo estava associado aos rituais de iniciação dos guerreiros Ibangalas (jagas). *Mocambo* ou *mukambu*, nas línguas kimbundu e kicongo, significava “[...] pau de fieira, tipo de suportes com forquilhas utilizadas para erguer choupanas nos acampamentos [...]” (GOMES, 2015, p. 04).

No Brasil, desde o início da colonização, estas comunidades foram denominadas mocambos e mais tarde, quilombos, que eram constituídas por negros escravizados, fugitivos do modo de produção escravagista. Segundo Gomes (2015), o primeiro registro oficial de um mocambo no Brasil, data de 1575, formado na Bahia. Cumpre destacar que no modo de produção escravagista, os negros escravizados eram vistos como capital imobilizado e tratados como peças cujo valor monetário é um sinal da abastança de seu possuidor (FURTADO, 2005).

Por conseguinte, as fugas de negros escravizados representavam prejuízos para a aristocracia, e representava um ato de extrema rebeldia contra o sistema escravocrata, era também, uma demonstração de organização e resistência. Conforme Gomes (2015, p. 04) esclarece:

Fugir era uma ação muitas vezes planejada, não significando um simples ato de desespero diante de castigos. Havia ocasiões consideradas propícias e muitas escapadas coletivas foram antecedidas de levantes ou motins. Em 1585, há indicações de que os fugidios que estabeleceram um mocambo tinham participado antes de uma revolta no recôncavo da Bahia. Estudos mais recentes sugeriram que o aumento das fugas de escravos indígenas e africanos no Nordeste foi ocasionado também pelos movimentos milenaristas – Santidades – nas últimas décadas do século XVI. Períodos de conflitos coloniais foram também determinantes para o aumento das fugas – principalmente as coletivas – e o crescimento dos quilombos.

Logo, as fugas causavam prejuízos para a aristocracia, e representavam atos de extrema rebeldia, organização e resistência contra o sistema escravocrata. Desta forma, os quilombos representam uma prática decolonial – posto que “a decolonialidade consiste também numa prática de oposição e intervenção que surgiu no momento em que o primeiro sujeito colonial do sistema moderno/colonial reagiu contra os desígnios imperiais que se iniciou em 1492” (COSTA-BERNADINO; GROSGOUEL, 2016, p. 17). Na próxima seção apresentaremos o Quilombo do Pacoval e o Marambiré como sinônimo de (re)existência e cultura.

2.2 Sobre o Quilombo do Pacoval

A origem do Quilombo do Pacoval se assemelha com a história de muitos quilombos brasileiros que emergem através de fugas dos negros escravizados, maltratados pelos donos de fazenda. Sendo esta história iniciada nos ditos anos da escravidão do Brasil, os registros escritos são escassos, originado de muitas versões, fruto de relatos orais dos primeiros moradores do Quilombo do Pacoval à historiadores e pesquisadores que, ao longo dos anos vem estudando e registrando a história da comunidade como Teixeira (1989), Funes (1995), Azevedo (2002) e Queiroz (2011, 2017).

Segundo Queiroz (2011; 2017), um negro escravo de nome Alexandre organizou uma fuga de escravos da fazenda de Maria Macambira, situada no município de Santarém/Pará. Conforme Teixeira (1989) tal fuga tinha por justificativa os mais diversos castigos físicos e maus tratos que sofriam na referida fazenda, como por exemplo, “o retalhar das nádegas”. Os negros em fuga e liderados por Alexandre utilizaram o rio Amazonas, passando pelo município de Monte Alegre, os rios Maicurú, Curuá, Cuminã e, seguindo o curso deste último, fundaram o Quilombo São Benedito.

Uma rota nada fácil devido às dificuldades naturais do lugar, como também à perseguição aos escravos fugidos pelos capangas e pela própria Maria Macambira (TEIXEIRA, 1989). Para Teixeira (1989), a desistência da perseguição aos escravos só chegou ao fim quando Maria Macambira chegou ao Igarapé do Acari e, assustada com a violência das águas do mesmo teria chamado de Igarapé do Inferno e

desistido de sua perseguição aos escravos fugidos. No Quilombo São Benedito, os escravos fugidos ficaram um período, se instalaram e com os recursos naturais que extraíam do lugar (banana, babaçu, urucuri e castanhas) tinham as bases de sua subsistência, tornando-se autossuficientes, fazendo até suas roupas com o algodão que plantavam na área (QUEIROZ, 2011).

Com o tempo, a necessidade de consumo de outros produtos os levou à prática do escambo. O comerciante e Major, que vivia na região do Paraná de Alenquer, Martins Beata, destacado por Queiroz (2011; 2017), começou a fazer comércio, via escambo, com os quilombolas. Esse contato comercial possibilitou aos quilombolas, através de seu líder Alexandre, doze anos antes do fim da escravidão, buscar as autoridades políticas do município de Alenquer e da capital do estado – Belém – para o reconhecimento do quilombo e a liberdade dos que lá viviam – aproximadamente 150 negros fugidos (QUEIROZ, 2017).

A partir dessas articulações, o líder quilombola chegou a ir à Belém, conseguindo das autoridades paraenses o reconhecimento público do quilombo como um lugar livre onde “[...] os negros poderiam viver tranquilos [...]” (QUEIROZ, 2017, p. 19), conseguindo do imperador D. Pedro II, em 1877, a doação de terras do município de Alenquer, onde fundaram o Quilombo do Pacoval, nas matas do rio Curuá. Deste importante momento histórico, algo relatado por entrevistados de Teixeira (1989, p. 25), foi a frase de D. Pedro II ao entregar o documento de doação das terras: “Tá aqui, não vão deixar caboco tomar de vocês”. Para Funes (1995, p. 324), com relação aos primeiros negros que se estabeleceram no Pacoval:

[...] os agora ex-quilombolas constituíram um novo espaço, dessa vez nas águas mansas e sem perigo das expedições punitivas, embora ali por certo vivessem outros quilombolas, novos e antigos, que haviam conseguido escapar às medidas “suasórias” de 1876 e aos ataques indígenas de 1877. Essa comunidade negra tornava-se, portanto, mas um lugar onde o escravo podia buscar a invisibilidade de sua condição social, valendo-se da categoria de ex-mocambeiro.

E, assim retomando seus modos e estilo de vida, trabalhando, como relatado acima, para sua autossubsistência. Desse período, ficam as marcas e história da luta pela liberdade e direito a um lugar para viver. Como diz Funes (1995, p. 324):

Pacoval dos mocambeiros, que um dia foram escravos de Maria Macambira e de outros senhores do Baixo Amazonas; que romperam com a escravidão, embrenharam-se nas matas do Curuá, nos altos dos rios, e constituíram seus espaços de liberdade onde tantos outros nasceram.

Sendo esta sensação de “espaço de liberdade” que embalou e embala até os dias de hoje as gerações e gerações que permanecem no Pacoval. Portanto, é uma comunidade de remanescentes de quilombo, reconhecida e titulada, respeitando

a Constituição Federal de 1988, artigo nº 68 e outras leis originadas da referida Constituição, garantindo o direito às terras aos remanescentes de quilombos. O Título de Reconhecimento de Domínio Nº 001/96 que a União, via o Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, outorgaram à Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo do Pacoval de Alenquer – ACONQUIPAL/PA data de 20 de novembro de 1996.

Neste documento, a União reconhece o domínio da ACONQUIPAL/PA sobre 7.472,8790 hectares de área da zona rural, situada na gleba Mamiá, do município de Alenquer (INCRA, 1996). A ACONQUIPAL/PA foi criada em 1989 tendo como primeiro presidente o Sr. Roberto Carlos Leitão que assinou pela Associação o título de reconhecimento de domínio citado acima. Esta Associação, até hoje ativa, vem trabalhando e representando o Quilombo do Pacoval. (COSTA; CARIPUNA, 2015).

Foi criada em função de ser uma das condições para o reconhecimento e garantias de direitos para os habitantes do Pacoval. Desta forma, legalizar a ACONQUIPAL/PA foi um importante passo na obtenção do título e de outros programas do governo federal para a comunidade, mantendo-se hoje com aproximadamente 250 famílias (COSTA; CARIPUNA, 2015).

O importante ao estudar e vivenciar experiências de convivência com espaços como o Quilombo do Pacoval é poder reconhecer a importância do resgate histórico via sua organização social, mas, também, via sua cultura. O Quilombo do Pacoval até hoje busca resistir e coexistir com as mudanças sociais, buscando manter viva suas principais referências culturais, na qual o grande destaque vai para a dança do Marambiré, tema deste artigo e da próxima seção.

3 | MARAMBIRÉ SINÔNIMO DE (RE)EXISTÊNCIA E CULTURA DO QUILOMBO DO PACOVAL

3.1 A Dança do Marambiré

Uma das principais expressões culturais do Quilombo do Pacoval é a dança do Marambiré. Segundo Azevedo (2002, p. 54), o Marambiré é um dos rituais de raízes africanas tradicionais da Amazônia, considerado “[...] sagrado, dinâmico, alegre, sedutor e cheio de evoluções”. É uma importante manifestação folclórica de (re) existência negra, onde se celebra a memória dos ancestrais africanos que foram arrancados de sua origem natural.

No documentário, intitulado, Marambiré de 2016¹, realizado através do Grupo Lamparina Filmes e apoiado pelo Ministério da Cultura, um componente/entrevistado da dança do Marambiré, fala que os avós dele contavam que o Marambiré é uma

¹ Como foi um dos trabalhos mais atuais sobre a Dança do Marambiré e, compila todos os outros estudos sobre a referida dança, estamos utilizando o mesmo como fonte principal para descrever tal dança, ao mesmo tempo que utilizamos autores e nossas próprias percepções sobre o que vimos da performance da Dança.

dança religiosa que veio trazida pelos negros fugitivos. Tal dança era uma forma de agradecer pelo êxito das fugas que os escravizados tiveram.

Com a fixação desses negros em terras do atual Pacoval, plantações foram realizadas e no final de cada ano, após boas colheitas, essa dança e suas músicas eram utilizadas para agradecer. Por isso, os cânticos seguem uma ordem como o acolhimento, agradecimento e despedida. “Si Marambiré não foi inventado aqui, não. Si Marambiré veio trazido da África. Foi da África que veio o Marambiré”, como bem menciona o quilombola João Preguelo durante o referido documentário.

A origem da palavra Marambiré, segundo o historiador Eurípedes Funes, um dos entrevistados do documentário pode ser uma junção da sonoridade das palavras *Maramba* e *Aiwé*. Segundo o entrevistado Funes, sua pesquisa foi realizada através de levantamento de registros *pós mortis*. A partir desses levantamentos, descobriu que a maioria dos quilombolas dessa região do Pacoval foram trazidos da região Congo-angolana.

Com esta descoberta, o historiador Funes, realizou pesquisas em dicionários da cultura bantofônico até chegar nas palavras *companheiros* e *festa*, respectivamente. Assim como a palavra Marambiré, outras palavras estão presentes nos cantos dessa dança sem que os próprios quilombolas saibam de seus significados. *Tiãmba*, *puxinga* e *currimboque* são exemplos de palavras presentes no canto do Marambiré que tem seus significados desconhecidos. Os quilombolas também chamam o Marambiré de *Sangambira*.

Marambiré ou Sangambira, segundo Teixeira (1989, p. 34, grifo da autora) foram reconhecidas como danças folclóricas do Pará pelo historiador Vicente Salles que “[...] faz menção ao Marambirê (e não Marambiré, como conhecemos hoje), tendendo qualificar a denominação como título de nobreza (folclórico) [...]”. Portanto, não havendo uma, mas, algumas pistas do significado da palavra Marambiré.

Mais do que o significado da palavra, para os olhos de quem contempla tal dança, concorda-se em parte, com a afirmação de Figueiredo (1995, p. 210):

O Marambiré é, para um analista de fora da comunidade, apenas mais um ritual afro-brasileiro, com caracteres dramático-religiosos, dentre tantos existentes no Brasil. Contudo, para o nativo do Pacoval, o Marambiré transcende os domínios do folclore e assume o significado da própria memória social da vila, que, através de sua tradição oral e visual, transmite aspectos referentes à saga do negro na Amazônia e, mais do que isto, revela aos mais novos a história de seus antepassados.

O concorda-se “em parte” com a citação acima advém do fato de acreditar que, até para os olhos de “um analista de fora” tal dança remete à emoções e vislumbres de algo belo, simples e forte. Emanam sensações de admiração e contemplação de algo que transcende o conhecido. Não é à toa que o Marambiré “é um patrimônio histórico, social, político, cultural, filosófico e religioso” (AZEVEDO, 2002, p. 54)

do Quilombo do Pacoval, “que representa todo o sincretismo cultural e religioso característico da região [...]” (AZEVEDO, 2002, p. 55).

Sua formação tradicional contém 36 componentes, originalmente, podendo ser dançado por mais pessoas. São o Rei do Congo, Rainha Mestra, Rainhas Auxiliares, Valsares, Valsares Auxiliares, Caixeiros, Pandeiristas, Frentistas, Cabeçários e Contra Mestre, cada um dos componentes com uma função particularizada. Percebe-se a formação de uma grande corte que durante a apresentação do Marambiré no Pacoval depositam suas coroas, capacetes e os instrumentos de percussão que dão ritmo à dança no altar da Igreja de Santo Antônio, padroeiro da comunidade (TEIXEIRA, 1989), como aparece na Foto 02.



Foto 02: Dança do Marambiré na Igreja de Santo Antônio – Pacoval.

Fonte: Documentário “Marambiré, 2016

A dança do Marambiré tem um período específico para ser apresentada: o ciclo dos festejos de Natal, seguindo na Epifania (6 de janeiro), dia da festa de São Benedito e terminando no dia 20 de janeiro, dia de São Sebastião. Poucas são as igrejas onde a dança e os cantos do Marambiré são permitidos. Em tempos pretéritos, a dança do Marambiré era realizada às escondidas dos padres pois estes não tinham permissão da Igreja para tais manifestações (FIGUEIREDO, 1995).

Atualmente a dança do Marambiré² tem suas apresentações dentro de Igrejas das várias cidades da região, como representada na Foto 02, quebrando-se paradigmas centenários no que tange as apresentações da dança dos negros do Pacoval. Para os personagens representados na dança do Marambiré, São Benedito é o dono do Marambiré, comprovado através das ladainhas cantadas durante a dança (FIGUEIREDO, 1995). Segundo a coordenadora do Marambiré³ do Quilombo

2 A dança do Marambiré mais tradicional e, reconhecida como Patrimônio Artístico e Cultural do Pará é a do Quilombo do Pacoval, porém, outros quilombos da área da Calha Norte também apresentam tal dança.

3 Entrevista com a Coordenação do Marambiré, concedida em 16/02/2018, aos autores desse artigo.

do Pacoval, “o ritual apresenta uma indumentária rica de criatividade na qual é feita de simples objetos do nosso cotidiano”.

A dança é seguida por música própria para cortejo, com um total de vinte e três cânticos bem marcados, ritmados e animados que louvam o Menino Deus, a Santíssima Trindade, a virgem Maria, São Benedito (intitulados pelos quilombolas como o santo dos pretos) e finalmente a Santo Antônio, padroeiro da comunidade do Pacoval. O cortejo real tem duas embaixadas bem definidas: a primeira embaixada é da realeza onde estão o Rei e Rainha do Congo seguido pelas sete rainhas auxiliares. A segunda embaixada é a dos valsares que simbolizam os vassalos reais e o Contra Mestre (FIGUEIREDO, 1995).

Imprescindível são as coroas dos dançarinos, cada uma com sua especificidade que marcam claramente qual o papel do dançarino no rito do Marambiré: a do Rei do Congo apresenta fitas coloridas, um triângulo na parte frontal e tiras na parte superior; as coroas das Rainhas apresentam tiras na parte superior, fitas e flores. As dos Valsares trazem em seus capacetes somente as fitas multicoloridas, como ilustra a Foto 03. Tal diferenciação, como ilustra na fotografia abaixo, nos mostra claramente a importância da figura do Rei do Congo na dança do Marambiré, visto que sua coroa incorpora tanto características das coroas masculinas e femininas em uma só (FIGUEIREDO, 1995).

Um dos pontos altos da dança é o momento em que o casal de reis oferecem suas coroas a um casal que está assistindo à dança para assim evoluírem dentro do grupo, sendo inaceitável recusar tal oferta. A recusa é considerada sinônimo de desfeita para com o rito do Marambiré. O ato do ofertório das coroas marca o único instante da presença de pessoas que não fazem parte do cortejo do Marambiré pode se misturar com os dançantes das embaixadas real e dos valsares (FIGUEIREDO, 1995).

Ainda segundo esse autor:

O Marambiré encerra-se com a união dos presentes cantando o Vamo Simbora, um canto que sintetiza muitas questões referentes aos significados ritualísticos do Cordão de São Benedito - o santo está de volta à sua morada, o que evidencia que a festa acabou e que todos, como que num movimento cíclico, devem voltar à vida normal e ao trabalho. [...]. (FIGUEIREDO, 1995, p. 222)

Portanto, a dança do Marambiré é uma representação da identidade dos quilombolas. Para a Rainha Mestra do Marambiré: “O Marambiré é tudo, tá no sangue, tá na alma, tá em tudo [...] Se hoje nós tem o título é o Marambiré [...] tudo em nós é Marambiré”⁴. Tal é sua importância que, em 2008, foi reconhecido como Patrimônio Cultural e Artístico do Pará pela Lei 7.113 de 19 de março de 2008, como “expressão artística e cultural do município de Alenquer” (PARÁ, 2008).

4 Entrevista com a Rainha Mestra do Marambiré, em 16/02/2018.



Foto 04: Marambiré dançado nas ruas do Quilombo do Pacoval

Fonte: Documentário Marambiré, 2016

A dança do Marambiré, como visto na Foto 04, é um registro da ancestralidade africana que foi escravizada na região, sendo uma dança representativa da relação de um povo sua ancestralidade e seu território. Os saberes são transmitidos através da oralidade – por seus pais, avós e bisavós. Os antigos repassam a tradição às novas gerações através do Marambiré Mirim como forma de (re)existência – fortalecendo e encorajando-os a enfrentar o racismo de alguns dos munícipes de Alenquer que, historicamente vem rejeitando a comunidade.

Recentemente, a comunidade criou o “Marambiré das Mulheres” com suas Rainhas Mestras, Rainhas do Congo e “a” Rei do Congo, e suas respectivas valsares – demonstração tanto da força da mulher negra na disseminação da cultura, quanto as características matriarcais do referido Quilombo, como se verá na próxima subseção.

3.2 O Protagonismo das Mulheres do Pacoval através do Marambiré das Mulheres e de outras Ações dentro do Quilombo

Nas comunidades quilombolas são as mulheres que cuidam da família e do quilombo como um todo. Por meio da organização e sensibilidade, elas acabam tomando conta de tudo. Muitas assumem a liderança das associações, outras quaisquer outras funções, apenas para não deixar de ajudar (ONU MULHERES, 2017).

Essa atuação das mulheres negras quilombolas é uma herança histórica deixada pelas ancestrais do primeiro quilombo conhecido. Quando Zumbi e os homens do

Quilombo dos Palmares saíam para trabalhar, Acotirene⁵, Dandara⁶ e outras as mulheres, assumiam a liderança nas comunidades trabalhando nos roçados, no cuidado dos filhos, nas tradições e nas manifestações culturais. Portanto, as mulheres quilombolas carregam consigo saberes tradicionais importantes para organização social, produtiva e estratégica de resistência negra. (ONU MULHERES, 2017).

Isto manifestado até os dias atuais nas comunidades remanescentes de Quilombo, como o Quilombo do Pacoval. As mulheres quilombolas do Pacoval representam muito bem a força e resistência do seu território. São elas que desde o princípio lutaram pelo reconhecimento do quilombo e até hoje continuam lutando, não só pela garantia de direitos aos comunitários, mas também pela permanência das manifestações culturais deixada pelos antepassados, a exemplo da dança do Marambiré.

Por mais que o Pacoval tenha como presidente um homem, são as mulheres as maiores articuladoras das atividades realizadas na comunidade. Em entrevista com as principais personagens da Dança do Marambiré, em 16 de fevereiro de 2018, obteve-se a informação de que a dança do Marambiré é coordenado, atualmente, por uma mulher. Dona Telma, a coordenadora da Dança do Marambiré, pode ser considerada como uma guerreira que luta e enfrenta os obstáculos geracional e administrativo da permanência dessa tradição cultural e religiosa.

O Marambiré das Mulheres, dançado como o Marambiré habitual, porém composto apenas por mulheres, foi criado em 2017, com suas Rainhas Mestras, Rainhas do Congo e “a” Rei do Congo, e suas respectivas valsas, é coordenado pela Dona Irene. As mulheres do Quilombo do Pacoval criaram esta outra forma de resistência para demonstrar a importância das mulheres para o Quilombo e o quanto merecem reconhecimento, por seu poder de inovar e convencer a comunidade da importância do Marambiré e de não deixa-lo perecer mesmos que isso signifique recriá-lo como é o caso do Marambiré de Mulheres⁷.

Ademais, as quilombolas do Pacoval organizam também as atividades da semana da Consciência Negra, articulando junto com os comunitários(as) os temas que devem ser expostos e discutidos durante esse período. A semana da Consciência Negra é trazida aqui como um exemplo de organização e articulação das mulheres quilombolas do Pacoval. Em entrevista com a Coordenadora do Marambiré, em 16/02/2018, ela nos conta que durante a semana da Consciência Negra, a comunidade realiza exposição de cartazes e palestras que possam informar os comunitários do Pacoval os seus direitos, tal como devem reagir aos atos de racismo que sofrem por

5 Segundo Gonçalves (2017, p. 01), Acotirene é: “Considerada matriarca no Quilombo dos Palmares e conselheira dos primeiros negros refugiados na Cerca Real dos Macacos”.

6 Esposa de Zumbi, Dandara foi uma das “lideranças femininas negras que lutou contra o sistema escravocrata do século XVII e auxiliou Zumbi quanto às estratégias e planos de ataque e defesa do quilombo” (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2014, p. 1).

7 Informações retiradas a partir da entrevista com a Rainha Mestre do Marambiré, em 16/02/2018.

parte dos municípios de Alenquer.

Este é um diferencial importante do Pacoval que vale a pena frisar. Enquanto em alguns lugares ou até mesmo em outros quilombos se discute na semana da Consciência Negra as dificuldades, os preconceitos e as conquistas adquiridas do movimento, no Pacoval eles criam mecanismos que se transformam em ações de conscientização. Ensinando desde cedo como eles, enquanto quilombolas, devem enfrentar as práticas racistas e preconceituosas que irão encarar, bem como reagir a tal ato.

Essas e outras atividades são planejadas pelas mulheres que, além da organização das ações da comunidade, da dança do Marambiré Tradicional e do Marambiré das Mulheres, também organizam o Marambiré Mirim. Este, como forma de dá continuidade à tradição do Marambiré tendo em vista, segundo os relatos dos entrevistados de 16/02/2018, a preocupação dos mais velhos com o fato das crianças não quererem mais dançar o Marambiré, por vergonha. Algo que, na comunidade foi fortalecido pelas ações dos vereadores do município de Alenquer, que decretaram que professores de fora do Pacoval, fossem lecionar no quilombo.

E, em momentos festivos como Festa Junina e Folclore, tais professores ensinavam para as crianças danças que valorizavam outras culturas, como por exemplo, dança portuguesa, distanciando as crianças de sua própria cultura, a dança do Marambiré. Diante deste episódio que começava a ser um problema para a manutenção do Marambiré, a coordenação da Dança, sob a liderança de uma mulher, lutou junto à justiça para que não viesse mais professores de fora para a comunidade do Pacoval. O Pacoval tinha pessoas capacitadas dentro da comunidade para assumir a educação na escola da Comunidade, que precisavam ser valorizadas em prol delas mesmos e de suas tradições.

Esta luta foi vencida pela comunidade que conta com professores locais e com o compromisso de manter viva a dança do Marambiré, ajudados pelas lideranças da referida Dança. Assim, logo após o ocorrido, a cultura tradicional foi retornando, as crianças voltaram a dançar o Marambiré, desta vez por meio do Marambiré Mirim, iniciativa formada pela força e determinação da mulher quilombola. Em suma, podemos perceber o quanto a atuação das mulheres no Pacoval é presente em virtude das características matriarcais que o mesmo carrega.

Embora o homem ainda leve todo o protagonismo dentro dos quilombos, são as mulheres que carregam o sinônimo de luta e resistência das comunidades remanescentes de quilombo, por meio do sustento dos recursos naturais, da organização social e da propagação dos conhecimentos ancestrais (ONU MULHERES, 2017). No Quilombo do Pacoval, isso não é diferente, a exemplo do que está sendo apresentado, a Dança do Marambiré como patrimônio cultural e instrumento de resistência de um povo, tem como protagonistas as mulheres.

Mulheres que resistem para perpetuar uma das essências de sua história e, que resistem ao tempo buscando caminhos e motivações para manter o interesse das novas gerações pela cultura de seu povo.

4 | CONCLUSÕES

Conclui-se reforçando e afirmando a observação *in locu* da força cultural e de resistência das pessoas do Quilombo do Pacoval, especialmente das mulheres que buscam manter a tradição através da dança do Marambiré, como expressão de uma comunidade que continua mantendo suas origens de geração em geração. Portanto, ancestralidade negra, religiosidade, (re)existência cultural afro às intolerâncias sofridas e horizontalidade comunitária são características facilmente identificáveis nos comunitários do Quilombo do Pacoval, local onde a musicalidade se funde com a religião através da dança do Marambiré. Nesta comunidade, percebe-se demonstrações de uma história de resistência cultural, social e política que precisam ser conhecidas e estudadas.

Neste sentido, a pesquisa que vem sendo desenvolvida no município de Alenquer tem sua importância no resgate da história, no reconhecimento de organizações sociais que buscam preservar sua cultura e modos de vida. Tal pesquisa continua em andamento e, portanto, esta conclusão é apenas introdutória. A continuidade da mesma, com certeza ampliará as percepções e discussões acerca da temática e do local.

Sua continuidade garantirá projetos futuros tanto no âmbito da pesquisa como da extensão onde a ampliação dos estudos terá como norte a história, os processos de desenvolvimento e as alternativas multiculturais estabelecidas na região, a exemplo do Quilombo do Pacoval e sua dança do Marambiré. Assim participar de eventos como o SEMLACult, só ampliou o conhecimento quanto ao tema, fortalecendo as ideias e ações pertinentes aos estudos no Quilombo do Pacoval.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B. de. **Terra de Quilombo, Terras Indígenas, “Babaçuais Livre”, “Castanhais do Povo”, Faixinais e Fundos de Pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. Manaus: PPGSCA: UFAM, 2008.

AZEVEDO, I. M. **Puxirum: Memória dos Negros do Oeste Paraense**. Belém: Editora IAP, 2002. BLOG ANAMANI. **Dança do Marambiré**. Disponível em: <https://blogmanamani.wordpress.com/2015/07/29/marambire-de-alenquer-para>. Acesso: 28/12/2018.

BRASIL. Presidência da República. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em: 10 mai. 2018.

COSTA-BERNADINO, J.; GROSGOUEL, R. **Decolonialidade e perspectiva negra**. Revista Sociedade e Estado, Brasília, v. 31, n. 01, p. 15-24, jan./abr. 2016.

COSTA, R. L. N.; CARIPUNA, R. E. **As Festas da Ramada no Quilombo do Pacoval, Alenquer (1960-1970)**. 2015. 36 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Integrada em História e Geografia) Instituto de Educação, Universidade Federal do Oeste do Pará, Alenquer, 2015.

DUPRAT, D. *Prefácio*. In: SHIRAISHI NETO, Joaquim (Org.). **Direito dos Povos e das Comunidades Tradicionais no Brasil: declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional**. Manaus: UEA, 2007, s/n.

FIGUEIREDO, A. **Um Natal de Negros: esboço etnográfico sobre um ritual religioso num quilombo amazônico**. Revista de Antropologia, v. 02, n. 38, p. 207-238, 1995. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.1995.111569>. Acesso em: 28/12/2018.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Personalidades Negras – Dandara**. 7 de julho de 2014. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?p=33387>. Acesso em: 25 de dezembro de 2018.

FUNES, E. A. **“Nasci nas Matas nunca tive senhor”: história e memória dos mocambos do Baixo Amazonas**. 1995. 441 f. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de História, Universidade de São Paulo, 1995.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras. 34ª Ed. 2005.

GOMES, F. dos S. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. 1ª Ed. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GONÇALVES, P. 17 **Mulheres Negras Brasileiras que Lutaram Contra escravidão**. *Portal Géledes*. 10 de julho de 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/17-mulheres-negras-brasileiras-que-lutaram-contr-escravidao/>. Acesso em: 25 de dezembro de 2018.

INCRA. **Título de Reconhecimento de Domínio/INCRA/Nº 001/96**. Disponível em: cpisp.org.br/wp-content/uploads/2017/06/PACOVAL-DE-ALENQUER-PA-20.11.1996.pdf. Acesso em 28/12/2018.

ONU MULHERES. **Mulheres quilombolas: liderança e resistência para combater a invisibilidade**. 19 de setembro de 2017. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/mdulheres-quilombolas-lideranca-e-resistencia-para-combater-a-invisibilidade/>. Acesso em: 25/12/2018.

PARÁ. Governo do Estado. **Lei n. 7.113, de 19 de março de 2008**. Dispõe sobre declarar como Patrimônio Cultural e Artístico do Estado do Pará a dança “MARAMBIRÉ” do município de Alenquer – Pa. In: Diário Oficial do Estado do Pará. Poder Executivo, Belém, PA, 24 mar. 2008. Executivo 1, p, 06. Disponível em: www.ioepa.com.br/pages/2008/03/24/2008.03.24.DOE_6.pdf. Acesso em: 19/05/2018.

QUEIROZ, W. **Contribuições para a História de Alenquer**. Alenquer: Edição do autor, 2017.

QUEIROZ, W. **Nação Negra**. Alenquer: Edição do autor, 2011.

SASSEN, S. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2016.

SOUZA, G. S. de; PEZZUTI, J. C. B. **Breve Ensaio sobre a Lógica Subjetiva dos Povos e Comunidades Tradicionais Amazônicas**. Novos Cadernos NAEA, Belém, v. 20, n. 2, p. 111-126, mai/ago. 2017.

TEIXEIRA, L. C. L. **Marambiré: o negro no folclore paraense**. Belém: SECULT; FCPTN, 1989.

WOLKER, A. C. **Pluralismo, Justiça e Legitimidade dos Novos Direitos**. Revista Sequência, Florianópolis, n, 54, p. 95-106, jul. 2007.

ÍNDICE REMISSIVO

A

África do Sul 39, 41, 42, 43, 44, 47, 48, 139
Apartheid 39, 40, 41, 42, 139
Aprendizagem organizacional 49, 50, 51, 52, 53, 59, 60, 61, 62, 139
Arte-Educação 10, 15, 16, 139

B

Bem Viver 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 139

C

Cariri 1, 2, 3, 4, 5, 6, 9, 139
Condição feminina 39, 41
Conhecimento científico 121, 122, 123, 134, 139
Cultura Viva 27, 28, 29, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 139

D

Dança do Coco 1, 139
Desenvolvimento 3, 4, 6, 11, 13, 14, 15, 21, 25, 26, 28, 29, 31, 44, 50, 51, 56, 62, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 92, 105, 129, 137, 139
Diversidade 10, 11, 12, 15, 17, 24, 36, 37, 63, 65, 66, 67, 70, 111, 116, 117, 124, 127, 136, 139

E

Educação 4, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 21, 22, 23, 24, 25, 29, 30, 31, 32, 37, 44, 45, 49, 50, 60, 63, 65, 67, 69, 70, 104, 106, 121, 123, 124, 126, 127, 136, 137, 139
Espetacularidade 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 139
Estandarte 108, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 139
Estudo de caso 49, 139
Etnocenologia 108, 111, 112, 113, 117, 119, 139
Experiências Dançantes 1, 5, 139

I

Imaginário 90, 108, 111, 118, 119, 139
Instituições de ensino superior 49, 50, 51, 53, 59, 139
Inversão de poder 39, 139

L

Lei Rouanet 27, 28, 31, 34, 139

M

Marambiré 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 139
Mudanças organizacionais 49, 50, 59, 60, 139

P

Particularidades 63, 66, 140

Política Cultural 10, 28, 29, 35, 36, 38, 140

Política Educacional 10, 23, 140

Políticas Públicas 1, 4, 5, 6, 8, 11, 12, 22, 27, 33, 138, 140

Protagonismo Feminino 91, 93, 140

Q

Quilombo 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 140

R

Reconfiguração da Cidade 84, 140

Resistência 39, 41, 47, 48, 88, 91, 92, 93, 95, 96, 103, 104, 105, 106, 134, 140

S

Saber tradicional 121, 130, 133, 134, 140

Sociedade 5, 23, 25, 32, 33, 34, 42, 43, 45, 46, 49, 63, 64, 66, 67, 69, 70, 91, 92, 93, 94, 106, 128, 132, 134, 140

Sustentabilidade 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 62, 137, 140

 **Atena**
Editora

2 0 2 0